

AUDIÇÃO PÚBLICA DAS ENTIDADES DO DESPORTO SOBRE A SITUAÇÃO
VIVIDA E AS MEDIDAS NECESSÁRIAS

10 de fevereiro de 2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Educação, Ciência, Juventude
e Desporto, Deputado Firmino Marques,

Excelentíssimos Senhores Deputados e representantes dos Grupos
Parlamentares,

Caros Presidentes de Federações Desportivas, Associações e demais
Coletividades aqui representadas,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Hoje, em nome das cinco federações que tutelam modalidades coletivas, a saber o Futebol, o Basquetebol, o Voleibol, o Hóquei em Patins e o Andebol, que representam cerca de 50% dos Atletas Federados em Portugal, gostaria de aproveitar a oportunidade de falar na *Casa da Democracia*, para identificar os sinais de alarme sobre a situação vivida e partilhar algumas das nossas ideias sobre o que pode ser feito para corrigir o que está mal.

Vivemos tempos de dificuldade.

Atravessamos um momento particularmente delicado da nossa história.

Cerca-nos um clima de incerteza e, exigem-se referenciais que ajudem a superar os desafios causados pela pandemia COVID-19.

O Desporto não vive fora desta realidade.

A inatividade do movimento desportivo, que afeta sobretudo os escalões de formação, aliada à falta de sustentabilidade devido à quebra abrupta das fontes de receita, empurraram o Desporto para um cenário cada vez mais dramático.

Que sem respostas e apoios, segundo o Partido Comunista Português, no requerimento que esteve na base desta Audição *significará o fim do desporto.*

De sublinhar que, o Desporto é uma atividade que agrega e emprega milhares de pessoas

O Desporto é exemplo de solidariedade e proximidade com as populações

O Desporto é relevante nas nossas vidas

O Desporto vai a todo o lado e faz pelas pessoas o que muitas vezes mais ninguém faz.

E se o Desporto desempenha funções de máxima relevância na sociedade, é dever de Todos os que têm responsabilidade no Desporto e os que têm responsabilidade na Sociedade, protegê-lo.

É, por isso, crucial convocar Todos para este desafio.

Uma das grandes preocupações, neste âmbito, tem a ver com a inatividade no seio do movimento associativo, nomeadamente, nos escalões de formação.

Note-se que:

- Estas federações tiveram uma redução total de 65% dos Atletas inscritos na Formação (masculina e feminina);
- Dos Atletas da Formação inscritos nestas federações apenas 13% têm atividade desportiva.

Não se compreende a situação de inatividade criada, atendendo aos exemplos de outros países, como Bélgica que, apesar de viver uma situação pandémica extremamente complicada, manteve a atividade desportiva até aos 10/11/12 anos, considerando estar provado que o nível de propagação nessas idades é relativamente reduzido.

Os números são claros, relativamente às cinco modalidades, há uma redução de mais de 160.000 Atletas inscritos.

Porém, os números apresentados não contemplam os casos de prática de atividade desportiva não oficial, à margem de qualquer tipo de controlo sanitário e das regras instituídas pelas autoridades de saúde competentes.

Os problemas da inatividade no Desporto são particularmente vulneráveis a um conjunto de ameaças que enfermam o seu desenvolvimento, porém, não podemos descurar o problema da sustentabilidade dos clubes, que sofreram uma quebra abrupta das suas receitas e ameaçam o seu encerramento.

Veja-se o caso dos apoios concedidos pelas Autarquias.

Se em alguns casos os Clubes continuam a receber esses apoios, existem muitas outros casos em que as Autarquias estão a condicionar esses apoios à existência de atividade desportiva.

Não havendo garantia da prática desportiva, não há lugar ao pagamento desses montantes, e, nessa medida, os clubes estão sistematicamente a definhar, sem que se vislumbrem melhorias.

O Estado não pode ter duas medidas diferenciadas consoante duas questões ou dois setores de atividade.

O Desporto foi obrigado a parar a sua atividade.

Foi obrigado a não ter espetadores nos recintos desportivos.

Se outros setores de atividade têm subsídios e têm apoios, porque também foram obrigados a parar a sua atividade, é mais do que justo que, naquilo que diz respeito às atividades desportivas que o Governo, tenha efetivamente essa capacidade de apoiar este setor, de uma forma abrangente e generalizada.

Estar à altura dos desafios que a situação presente encerra é sabermos estar unidos em torno do essencial e, por isso, sublinhe-se o trabalho desenvolvido pelo Comité Olímpico, pela Confederação do Desporto e pelo Comité Paralímpico, relativamente a uma proposta de intervenção aquando do Orçamento Geral do Estado, que acabou por não ser considerada.

O que se entendeu ser uma manifestação de desprezo pelo movimento associativo e pelo Desporto.

O Estado deve questionar-se sobre o porquê de não poder haver atividade da formação, tendo como exemplo as atividades seniores do

futebol, que seguindo a orientação 036 da Direção-Geral da Saúde, contribuíram para a eliminação e propagação do vírus, através de uma testagem massiva dos atletas para a prática desportiva.

Atendendo a um passado recente, o Estado deve questionar-se, ainda, sobre o que será mais perigoso do ponto de vista da propagação da doença: 3 mil espetadores, num recinto fechado a assistir a um concerto, ou 3 mil espetadores num recinto desportivo aberto.

Onde está o maior risco de propagação da doença ?

Cabe-nos refletir sobre o facto de alguns destes Atletas nunca mais retomarem a atividade desportiva.

O que faz temer o futuro do Desporto em Portugal.

A prática de atividade física promove, entre outros aspetos, a saúde física e saúde mental, combate o sedentarismo dos escalões etários mais jovens (que é cada vez maior) e, minimiza os convívios sociais descontrolados.

O facto de haver competição diminui, ainda, a taxa de abandono dos atletas e trava o encerramento de clubes.

Minhas senhoras e meus senhores,

O Desporto é *per si* um instrumento de controlo dos seus intervenientes, que promove o cumprimento de todas as normas sanitárias.

O Desporto é um meio formativo de excelência para um exercício de cidadania responsável e criação de rotinas ao nível das medidas preventivas de combate à Pandemia.

Exige-se, por isso, a definição de uma estratégia de retoma, que ajude a contrariar as tendências que vivemos, através da:

- Organização das competições de modo a minimizar dinâmicas sociais de contacto e;
- Indicação de uma data de referência para o início do “treino sem restrições” e das “competições da formação”.

Por último, permitam-me reiterar, em nome da FPF e demais federações de modalidades coletivas aqui representadas, a nossa total disponibilidade para prestar quaisquer contributos que possam valorizar o processo de tomada de decisão.

Muito obrigada!

Fernando Gomes